

BOA GOVERNANÇA E RESPONSABILIZAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO DO PAPEL MIDIÁTICO NA CONQUISTA DA TRANSPARÊNCIA DURANTE AS ELEIÇÕES GERAIS DA NIGÉRIA EM 2019

Aondover Eric Msughter ¹

Introdução

Parafraseando as palavras de Mahatma Gandhi, um dos objetos da mídia é compreender o sentimento popular e dar expressão ao significado que desperta as pessoas para sentimentos desejáveis, os quais exporão destemidamente os defeitos populares. A declaração acima, mencionada por Gandhi, explica a importância da mídia na defesa da liberdade e na expansão do acesso à educação, das reformas sociais e da mudança. A mídia pode informar as pessoas dando-lhes a voz para serem ouvidas e atendidas. A democracia exige que elas tenham o direito de conhecer as atividades do governo, especialmente as decisões deste que afetam sua vida, liberdade e propriedade. A informação é importante para que as pessoas façam escolhas quanto a sua participação no Estado, no mercado e na sociedade civil. A mídia também expõe corajosamente problemas que tornam as pessoas mais informadas que desinformadas. Informações suficientes permite às pessoas decidirem racionalmente e a tomar decisões benéficas para elas. A mídia também ajuda as pessoas a saberem o que está acontecendo em todo o mundo. Por meio da divulgação de informações, a mídia também torna os serviços públicos mais responsivos ao povo. Sobre o exposto, este trabalho busca analisar o papel da

¹ Departamento de Comunicação em Massa, Universidade Bayer, Kano, Nigéria. E-mail: aondover7@gmail.com.

mídia na conquista da boa governança e responsabilização, especialmente nas Eleições Gerais Nigerianas de 2019.

A provisão da seção 22 da Constituição 1999 da Nigéria delega a obrigação da imprensa em manter a responsabilidade e a prestação de contas do governo ao povo. Dessa forma, a democracia dificilmente pode sobreviver e alcançar seus anseios em qualquer sociedade onde não haja responsabilidade, transparência e inclusão da maioria das pessoas na governança e na determinação do processo de desenvolvimento; todos os quais são garantidos a partir de uma mídia livre e independente (AUWAL, 2018). Portanto, o dever dos meios de comunicação de manter o governo responsável perante o povo é fundamental para o sucesso da democracia em geral.

Justificativa, Abordagem Objetiva e Metodológica

Auwal (2018) argumenta que a contribuição dos meios de comunicação na promoção de valores democráticos, boa governança e desenvolvimento sustentável tem sido amplamente reconhecida. Ele sustenta que há preocupações na Nigéria e em outras partes do mundo sobre os esforços feitos pelos meios de comunicação para promover essas virtudes através de seu poder de informar e influenciar. Com base na observação anterior, o presente artigo visa não apenas analisar a boa governança e a responsabilização na missão democrática da Nigéria, mas também examinar a extensão da performance midiática na Eleição Geral Nigeriana de 2019, bem como sua contribuição no fortalecimento dos valores democráticos e da boa governança na busca do desenvolvimento sustentável. Aparentemente, o artigo é exploratório, por utilizar o método de pesquisa descritiva pela revisão da literatura relevante, de publicações originais, documentos históricos e a Internet, os quais serviram como fontes tangíveis de *insight* na análise. No entanto, a investigação é estritamente limitada aos dados encontrados em revistas acadêmicas, livros, internet e bibliotecas. O método foi usado para analisar tais resultados com as outras literaturas existentes no assunto. O método auxilia em encontrar trabalhos disponíveis, verificar a consistência desses e compará-los. Através desses métodos, o estudo delimita as inferências sobre os dados gerados. Ademais, uma análise dos pontos fortes e fracos do papel desempenhado pela mídia na defesa da boa governança e a responsabilização recebeu o devido conhecimento.

Sustentação teórica

Auwal (2018) articulou que, mantendo o público informado, educado e entretido, a mídia estabelece padrões para a conduta pública, possibilitando, assim, a participação dos cidadãos na governança. Assim, o papel da mídia no fortalecimento das idéias democráticas, especialmente na direção da boa governança e do desenvolvimento sustentável, não pode ser ignorado. Para determinar o nexos entre a mídia, a democracia, a boa governança e as necessidades de desenvolvimento da sociedade, este artigo ancora-se na teoria participativa democrática. Ele leva em conta o papel da mídia na facilitação da participação ativa dos cidadãos no processo de governança, como forma de exercer sua soberania, elementos essenciais da democracia e da boa governança. No entanto, o principal impulso da teoria dos participantes democráticos centra-se na insistência de que a burocracia existente, bem como a hegemonia comercial e profissional no sistema midiático, sejam quebradas para garantir acesso mais fácil à mídia para todos os potenciais usuários e consumidores (Folarin, 2002). Não obstante, as expressões práticas da teoria são muitas e variadas, a participação e interação do usuário, além da pluralidade de conteúdo no nível de base, constituem o foco da teoria.

A teoria foi proposta por McQuail, em 1987. Sua premissa é que os princípios da democratização da mídia, para fins de acessibilidade, estão por toda parte. Para Asemah (2011), a teoria enfatiza a necessidade de participação popular e pluralidade na propriedade e no acesso à mídia. O ponto de partida é que, cada indivíduo e grupo social deve ter acesso à mídia para que eles possam ser capazes de transmitir suas opiniões sobre os acontecimentos na sociedade. A estrutura da teoria e de outras teorias normativas da imprensa foram formuladas em grande parte sob uma perspectiva norte-americana, observando a característica distintiva dos sistemas midiáticos em outras partes do mundo, como a mídia nigeriana no aprimoramento dos princípios democráticos de participação ou governança inclusiva, o direito à liberdade de fala e expressão, a lei da maioria e os direitos das minorias, entre outros, todos os quais são primordiais para a consecução da boa governança e do desenvolvimento sustentável. Portanto, a teoria dos participantes democráticos pode ser considerada o equivalente da imprensa da “democracia de base”, porque, sob essa teoria, o direito do indivíduo de se comunicar é defendido. É neste sentido que o pressuposto da teoria é relevante para o estudo, especialmente porque os meios de comunicação são considerados significantes no fornecimento de oportunidades para a participação dos cidadãos na governança, através da consolidação do envolvimento absoluto da cidadania no processo democrático.

Compreendendo as Instituições de mídia na Nigéria

Nas últimas décadas, o nexo entre a imprensa e os governos na Nigéria tem sido uma questão altamente contenciosa, atraindo a atenção de uma ampla gama de especialistas em comunicação, cientistas políticos e instituições de pesquisa independentes. Embora as perspectivas e descobertas sejam diferentes quanto ao papel da imprensa no país e sua relação com os governos, existe um consenso de que o conceito de boa governança e prestação de contas será uma proposta irrealista sem participação efetiva e descontrolada de fontes de notícias na disseminação de questões nacionais e políticas.

Enquanto isso, Omu (1978) enfatizou que a imprensa na Nigéria deveria ser uma entidade independente, eficaz e vibrante, que poderia ser instrumental para alcançar objetivos de desenvolvimento político sustentáveis. Durante séculos, fontes de notícias na Nigéria estiveram envolvidas na promoção da consciência política, incentivando o engajamento cívico, sensibilizando cidadãos para questões nacionais e moldando opiniões públicas sobre uma variedade de questões políticas. Mas, notou-se que esse papel foi desempenhado sob uma atmosfera controlada, conflituosa e controversa, que comprometeu a eficácia das fontes de notícias e tornou a objetividade da imprensa excessivamente difícil. O escopo funcional limitado dos canais de comunicação nos esforços de desenvolvimento do país através de muitas administrações governamentais foi atribuído à censura e intimidação, que foram usadas para controlar a cobertura política e a independência das fontes de notícias (Agbaje, 1992). À medida que as discussões sobre a crise do desenvolvimento da Nigéria continuam a se expandir, estudiosos como Bennett e Lawrence (2008) claramente reforçam a posição de pesquisadores anteriores de que uma imprensa livre e robusta é capaz de dismantelar imagens e estereótipos negativos que o país enfrentou durante um certo número de anos, tanto em casa como no estrangeiro.

Em um relatório abrangente, o Banco Mundial (2009) explicou que os primeiros esforços de desenvolvimento na Nigéria e em outros países africanos emergentes foram grosseiramente mal sucedidos e inatingíveis, em grande parte devido ao papel inadequado ao qual as fontes de notícias foram relegadas a jogar e que resultou em crítica generalizada da mídia nacional como ineficaz para reunir e analisar questões salientes. Além disso, Okoro, em Rantanen (2004), ressaltou que o estabelecimento de jornais do governo no país enfraqueceu a credibilidade e a competitividade dos canais de comunicação, desmoralizando os cidadãos de depender de notícias e informações nacionais. Pois, os jornais do governo foram melhor financiados,

estrategicamente posicionados e com pessoal adequado para cobrir notícias e eventos. Embora nos últimos anos tenha havido uma proliferação de fontes noticiosas no país, resta saber se o conteúdo político jornalístico, a análise dos programas governamentais e as ações e políticas serão objetiva e criticamente explicadas aos cidadãos (Jibo, 1996).

Como o relatório do Banco Mundial (2012) ilustrou, a Nigéria tem uma população de mais de 158 milhões, o que posiciona o país como o maior e mais populoso do continente africano, representando 47% da população da África Ocidental. A estrutura e composição diversificada e pluralista do país é fundamentalmente similar à maioria das nações africanas, especialmente na região subsaariana em termos de grupos étnicos, padrão linguístico, tradições, valores, crenças e origem histórica. Com a exceção de algumas nações homogêneas, a Nigéria é uma das numerosas sociedades africanas heterogêneas que falam várias línguas e dialetos diferentes e têm diferentes culturas e orientação política. A língua inglesa é a oficial e é amplamente falada em muitas partes do país como a linguagem do comércio e interação social. Embora a Nigéria atual seja composta por 36 estados, e de um território federal da capital Abuja, com um total de 774 áreas do governo local, a origem do país foi atribuída à evolução dos três grupos étnicos dominantes (Igbos, Hausas e Yorubas) que influenciaram e moldaram as suas experiências sociais, culturais e políticas. Durante décadas, o país foi uma colônia britânica até 1960, quando ganhou a independência e se tornou uma República Federal em 1963.

A mídia é o elemento mais importante e vital para a disseminação de informações. Hoje, os sinais de rádio nas aldeias, os jornais, bem como “Kakaaki” no AIT ou “Good Morning Nigeria” no NTA, fizeram a mídia espalhar suas raízes de uma maneira inacreditável. Assim, o papel da mídia tornou-se extremamente crítico para o bom funcionamento da democracia, pois ajuda a formar a opinião pública sobre tópicos vitais. Esta é a razão pela qual a mídia é denominada como o Quarto Poder, pois é um elemento não estatal que visa proteger os cidadãos. Todas as formas de mídia têm um conjunto específico de seguidores que permitem uma melhor governança (Oso, Soola e Pate, 2012).

A Nigéria é um país em desenvolvimento com uma indústria de mídia razoavelmente bem estabelecida (Uche, 1989). Ela tinha uma imprensa viril antes do advento colonial e, posteriormente, estabeleceu uma mídia eletrônica que tem um alcance razoável. Graças ao Decreto Nº 38 de 1992, a indústria de transmissão foi liberalizada e estações de televisão privadas, como a *African Independent Television* (AIT), a *Desmins Independent Television*

(DITV) e a *Minaj Broadcast International* (MBI) foram estabelecidas. Um número bastante grande de estações de rádio privadas também foi licenciado e está no ar. Assim, indo pelos números sozinho, pode-se ver que a Nigéria tem um forte estabelecimento de mídia. Além dos números, alguns fatores se combinam para aumentar ou reduzir o efeito da mídia nigeriana.

Enquanto o país continua a experimentar a democratização com resultados variados, muito esforço ainda precisa ser dedicado à construção de uma nação civil, igual e economicamente vibrante. Evidentemente, é necessária uma maior participação dos cidadãos no processo democrático, bem como a criação de um ambiente favorável à representação equitativa de grupos étnicos e à presença de canais de comunicação independentes ou pressão por cobertura objetiva e disseminação de informação (Agbaje, 1992).

Estudos de desenvolvimento realizados por Voltmer (2000) e Rantanen (2004) indicam que a governança responsável e eficaz é essencial para a democracia sustentável e a estabilidade política nas nações em desenvolvimento da África, especialmente em um país como a Nigéria, onde os cidadãos e outras partes interessadas têm clamado por reformas políticas, o envolvimento dos jovens na política, melhoria da qualidade de vida e uma presença de mídia mais robusta.

O estudioso da comunicação e analista político James (2005) explica que nas últimas duas décadas o processo democrático participativo tomou um rumo dramático nas democracias emergentes na esteira da agitação dos cidadãos pela boa governança, expansão da integração étnica, imprensa independente e vibrante, aumento da participação cidadã, liberdade de expressão e debate público informado. Mais do que nunca, os líderes do passado e do presente da Nigéria têm indicado consistentemente um compromisso com um desenvolvimento nacional e político sustentável e introduziram várias medidas para apoiar seus objetivos de desenvolvimento, políticas sociais e agenda econômica.

No entanto, o relatório do Banco Mundial (2009) indica que o país não conseguiu alcançar seus programas nacionais de desenvolvimento aparentemente ambiciosos, devido ao foco equivocado em questões tribais, étnicas e políticas, em vez de se concentrar em um desenvolvimento nacional integrado que o unificaria para um propósito nacional comum. Por exemplo, o objetivo de desenvolvimento na Nigéria mudou recentemente nas áreas rurais, onde a maioria das aproximadamente 100.000 comunidades do país residem, para comunidades urbanas. Com efeito, a distribuição desigual dos programas nacionais e a construção de infra-estruturas em diferentes partes

do país contribuem para o crescente desequilíbrio no ritmo de desenvolvimento das comunidades rurais e urbanas.

O nexu entre mídia, democracia e governança

Desde o retorno do país ao regime democrático em 1999, os políticos nigerianos desenvolveram uma cultura política que se caracteriza pela política de apadrinhamento, corrupção, apropriação indébita de fundos públicos e más práticas eleitorais, para controlar o poder estatal contra a vontade popular das massas. (Philip, Samson e Ogwu, 2014). Philip et al (2014) argumentam ainda que uma sociedade com instituições de mídia vibrantes pode fortalecer a democracia e facilitar a boa governança. Dado que a democracia é concebida como um sistema que opera nos princípios da igualdade, participação, governo da maioria e direitos das minorias, estado de direito e devido processo legal, respeito pelos direitos humanos e eleições livres e justas; Há uma necessidade de uma instituição como a mídia para facilitar o entrenchamento desses valores na sociedade. Além disso, a participação ativa do povo no governo, significando o exercício de sua soberania como estipulado na Constituição, é alcançável através da mídia, que fornece um fluxo livre de informações e plataformas viáveis para a expressão de opiniões.

Esta pode ser a razão pela qual Jega (2014) articulou que, para que a democracia prospere em qualquer sociedade, a mídia deve fornecer às pessoas acesso a todas as informações necessárias para orientar e salvaguardar suas escolhas eleitorais. Assim, a mídia serve como uma ponte entre o governo e os cidadãos em um sistema democrático. A mídia, segundo Ate (2007), pode conectar o governo e o governado e o eleitorado ao candidato em um ambiente democrático. A mensagem central sobre mídia e governança é que o último dita o primeiro na sociedade e ambos desempenham papéis complementares no atendimento à população. Isso forma a base da relação inseparável entre mídia, democracia e governança.

De acordo com Auwal (2018), há uma relação peculiarmente íntima entre o processo político e de comunicação e nenhuma instituição tão significativa e influente quanto a mídia pode escapar do envolvimento com o governo e a política. A mídia não é apenas o canal para a transmissão de informações e debates políticos, mas também um ator importante, com participação direta nas políticas regulatórias e econômicas do governo, bem como na atitude do governo em relação à liberdade de expressão e à dissidência. Além disso, espera-se que as relações tripartites que envolvem democracia, política e

desenvolvimento sejam catalisadas pelo Quarto Poder da mídia de massa (Idemudia, 2008 e Terlumun, 2010). Embora fatores como desconfiança mútua, sigilo excessivo, especialmente em questões de interesse nacional, restrições indevidas impostas por legislações desagradáveis, ações extrajudiciais, entre outras, caracterizem a relação entre a mídia e o governo nigeriano, particularmente no passado. Isso não está longe do que Abone e Kur (2014) descreveram como “um caso de gato e rato”.

Em meio aos desafios que influenciam essa relação, a mídia é indispensável nos esforços para sustentar os valores democráticos e promover a boa governança na sociedade. A imprensa tem tentado o seu melhor desde a independência para monitorar a governança para manter a responsabilidade do governo para com o povo (Bamidele, 2012). Desde a repartição democrática, que começou em 29 de maio de 1999, o sucesso da democracia é facilmente identificável a partir da medida da imprensa (Baran, 2004). No entanto, é instrutivo inferir que, para que a democracia sobreviva e seja um conceito frutífero, o papel da mídia em sustentá-la não pode ser super enfatizado, e se a mídia tiver algum papel significativo na democracia e governança, ela deve ser livre do controle indevido do governo (Sowunmi, 2010). O objetivo final da mídia em qualquer sociedade é servir ao interesse público e, portanto, é evidente que existe uma relação complementar entre a mídia, a democracia e o processo de governança. Os meios de comunicação, nesse contexto, são canais viáveis que estimulam e fomentam grupos de pressão sobre questões que estão no domínio do público, porque os grupos de pressão são os elementos norteadores da governança.

O papel da Mídia no fortalecimento da Democracia e na aprimoração da boa governança

Conforme estabelecido por Auwal (2018), em uma sociedade democrática como a Nigéria, o papel da mídia de massa está ancorado em seu famoso status de “Quarto Poder do Reino”. Para corroborar isso, a Constituição de 1999 estipula, sob a seção 22, que “a imprensa, o rádio, a televisão e outras agências de mídia devem ser sempre livres para defender os objetivos fundamentais contidos neste capítulo e defender a responsabilidade do governo para com as pessoas”. A disposição constitucional explica claramente a obrigação da mídia em uma sociedade democrática.

Em um ambiente democrático, segundo Olusola (2008), o objetivo da mídia se estende para além das funções básicas de informação, educação

e entretenimento. A mídia também tem a responsabilidade de sustentar e nutrir os ideais do *ethos* democrático e de assegurar e garantir constantemente a proteção da liberdade dos indivíduos e da própria mídia, que é o coração da participação popular nas democracias liberais. A imprensa pode promover a democracia educando os eleitores, protegendo os direitos humanos, promovendo a tolerância entre vários grupos sociais e garantindo que o governo seja transparente e responsável, etc.

Segundo Akinwale (2010), a imprensa ajuda a manter o público informado, entretém, educa, determina padrões e estabelece valores para a conduta pública. A referência popular à mídia como um “quarto poder” aponta para sua capacidade de desempenhar o papel de vigilantes, monitorando aqueles em posição de autoridade, expondo suas limitações e fornecendo freios e contrapesos a outros três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário. (Nwagbara, 2010). Através das funções acima mencionadas, a mídia estabelece uma agenda, organiza debates e discussões públicas e interpreta questões para colocá-las em perspectiva adequada, a fim de dar sentido às pessoas, assim como nos debates presidenciais organizados pela mídia durante as eleições gerais de 2019, onde os candidatos presidenciais foram convidados a falar com nigerianos (Sambe, 2008 e Harcup, 2009). Seja eletrônica ou impressa (Asemah, 2011), a mídia tem responsabilidades para com a sociedade de forma política, social, educacional e religiosa (Akinwale, 2008). O dever da mídia para com os indivíduos, assim, como para a sociedade como um todo, é imensurável. De fato, a mídia é um ativo importante para a sociedade e, quando utilizada adequadamente, pode servir como uma ferramenta viável para o desenvolvimento socioeconômico e político (Abagen, 2009).

Por que a mídia é particularmente importante para a Nigéria na questão da boa governança e responsabilização?

Uma vez que a boa governança compreende a responsabilização, transparência, direito de resposta, equidade e inclusão, bem como eficácia e eficiência, a mídia tem um papel enorme em garantir que todos esses critérios sejam atendidos de tempos em tempos. A boa governança significa essencialmente a forma como as instituições públicas conduzem os assuntos públicos e controlam seus recursos e, o papel dos meios de comunicação nestes relatórios está em reportar tudo o que aconteceu no domínio público

(Riddell, 2014). Mas os relatos da mídia sobre Eleição Geral de 2019 mostram que são louváveis os esforços para garantir esses valores, e é mais embaraçoso para os nigerianos que isso poderia ocorrer, mesmo em um país com a fachada de uma nação civilizada.

Para um país em desenvolvimento como a Nigéria, que ainda sofre com a apatia do eleitor, a compra de votos, o arrebatamento de urnas e o asterismo (Nwanna, 2001), o envolvimento da mídia se torna ainda mais importante. O atraso e a ignorância dos pobres devem encorajar os meios de comunicação em relação à sua responsabilidade de trazer idéias modernas para eliminar a pobreza e outros males sociais, como está fazendo ao relatar questões relativas à corrupção.

Outra razão pela qual a mídia é de suma importância para o país é por causa da imensa disparidade que é prevalente (Ferejohn, 1999). Embora muitos jornalistas discutam os eventos e notícias mais glamourosos e brilhantes, pouco se fala sobre o número de mortes ou o cenário de desemprego. A racionalidade dos meios de comunicação reside em ajudar o governo a combater doenças como a AIDS, a poliomielite e o câncer, juntamente com a promoção de tecnologias mais recentes para o desenvolvimento dos seus cidadãos.

A mídia deve estar atenta às leis do país e que não sejam violadas por instituições do governo ou por outros elementos nocivos. Neste aspecto, a mídia na Nigéria demonstrou sua excelência em trazer a tona alguns dos políticos corruptos nos últimos tempos. De fato, ela foi além, colocando pressão para garantir que a justiça seja feita para as vítimas. Muitos governos em todo o mundo enfrentaram acusações de corrupção destacadas pela mídia e isso, muitas vezes, levou à derrubada da administração corrupta ou à introdução de mais transparência no sistema, como a derrubada do então presidente ganense General Acheampong por Jerry Rawlings, Samuel Doe que derrubou o governo de Tolbaert na Libéria em 1980 e o de Idi Amin que foi derrubado por Yoweri Musokani em Uganda. Assim, o quarto poder também pode ajudar na eficácia do esquema existente de coisas.

Um dos papéis mais fortes da mídia é que ela envolve milhões de espectadores, ouvintes ou leitores. Desta forma, o papel fundamental de garantir a participação de seus cidadãos no processo de tomada de decisão do país é feito pela mídia muito bem. Mesmo com as recém-concluídas eleições gerais de 2019, a mídia forneceu uma avenida para a população nigeriana expressar seus pontos de vista e opiniões.

A Mídia e a busca pela Democracia Sustentável e Boa Governança: examinando a jornada até o momento

Em seu estudo sobre o papel dos meios de comunicação na consolidação da democracia, Santas e Dogara (2016) observam que a mídia contribuiu imensamente para o retorno da democracia na Nigéria. Assim, os meios de comunicação, através de sua análise crítica da junta militar, a mobilização dos cidadãos para participar na consolidação dos valores democráticos e exposição de casos de corrupção, tornaram os agentes públicos responsáveis perante o povo. Apesar do grande desempenho da mídia na promoção da democracia, eles enfrentaram desafios com fronteiras em questões de etnia, falta de aparelhos de comunicação modernos adequados, complicações de grupos de pressão e do governo, questões de propriedade, corrupção, questões de segurança, entre outros. Hoje, pode-se afirmar, com segurança, que a democracia está gradualmente se enraizando na Nigéria com a transição bem-sucedida de um governo democraticamente eleito para outro. No entanto, não se pode dizer que a democracia da Nigéria se desenvolveu, já que os meios de comunicação devem trabalhar com afinco para sustentar a consolidação do sucesso registrado pela mídia e o governo deve tomar algumas medidas deliberadas e concretas para rever toda a indústria da mídia no país.

Da mesma forma, Senam e Udo (2015) avaliaram as contribuições do jornalismo crítico para a governança democrática e relatam que, dada a natureza dinâmica de uma sociedade impulsionada pela tecnologia, o jornalismo está além da prática convencional de relato baseado no 5WH e requer mais de um análise profunda da informação assim relatada. O jornalismo crítico, segundo os autores, desempenhou um papel inestimável no sustento da governança democrática, especialmente entre 1999 e a atual era da governança democrática. Esses papéis incluem o controle de excessos na governança e a superação do hiato de comunicação entre o governo e os governados. No entanto, a qualidade e a natureza da liberdade na mídia de uma nação falam muito sobre a qualidade de sua democracia. Apesar dos problemas enfrentados pela mídia nigeriana, o jornalismo crítico contribuiu grandemente para melhorar a governança democrática. Para continuar a ser relevante nesta cruzada, o jornalismo deve se esforçar para além de meramente reportar com base na abordagem 5WH, mas se envolver em uma investigação aprofundada e análise imparcial para atualizar o padrão do jornalismo convencional para o jornalismo crítico.

Em uma revisão do papel da mídia na boa governança, Dunu (2013) argumentou que o potencial da mídia para contribuir para a boa governança

depende da extensão que reflete e reforça os princípios da boa governança como uma instituição. Para que os meios de comunicação contribuam efetivamente para entronizar a boa governança, ela deve, por uma questão de responsabilidade, aplicar os princípios básicos de patriotismo, responsabilidade e transparência no cumprimento de seus deveres, mantendo a santidade da verdade e da justiça em todos os momentos. Os próprios meios de comunicação social devem ser um exemplo credível do conceito de boa governança, mantendo as regras éticas profissionais estabelecidas através da auto-regulação e melhorando constantemente o profissionalismo, prestando contas ao público na forma como este informa, educa e diverte. Em resumo, a mídia deve reconhecer que é responsável por suas ações ao público, sua profissão e a si própria.

Além disso, ao examinar as atividades da mídia na luta contra a corrupção e a promoção da prestação de contas na liderança, Santos (2014) relata que a mídia nigeriana registrou sucesso ao responsabilizar funcionários públicos, expondo práticas corruptas entre funcionários do governo. Um bom exemplo é o caso de Jaafar Jaafar, o editor do jornal on-line *Daily Nigerian* que expôs o governador de Kano Umar Ganduje por US \$ 5 milhões de denúncia de suborno dos contratantes. No entanto, transparência e prestação de contas são pilares essenciais da governança democrática e essas virtudes são significativas para medir o sucesso ou não de qualquer sistema democrático. Além das atividades das agências anti-corrupção no seu combate, os meios de comunicação são muitas vezes vistos como uma instituição importante na luta contra a corrupção em qualquer sistema. Isso se baseia na função de monitoramento das ações e inações dos que estão no poder.

É evidente a partir da literatura que, desde a independência, a mídia nigeriana tem estado na vanguarda da luta pela entronização dos valores democráticos e da boa governança na sociedade. Sem dúvida, os meios de comunicação evoluíram e se tornaram mais ativos em influenciar e moldar a sociedade, especialmente quando seus papéis se complementam em nutrir os elementos essenciais necessários para a sobrevivência da democracia no contemporâneo. Em relação à governança, a mídia responsabiliza o governo, destacando e expondo as atividades dos titulares de cargos públicos em vários níveis.

No entanto, existem argumentos persistentes sobre se o quarto poder na Nigéria está ou não de acordo com as expectativas na busca pela verdadeira democracia, boa governança e desenvolvimento sustentável, existe entre acadêmicos e profissionais da indústria da mídia. Assim, é a convicção deste artigo que, apesar desses desafios, a mídia está razoavelmente bem nesse

sentido, mas com muita ênfase na responsabilidade do governo, ao invés de responsabilidades cívicas ou individuais, considerando que as tarefas de promover a democracia, boa governança e desenvolvimento não são apenas do governo, mas também dos cidadãos. Os cidadãos também têm um papel a desempenhar no complemento dos esforços do governo. Nesse sentido, este artigo examina o desempenho da mídia nas eleições gerais de 2019 na Nigéria, examinando seu papel durante e após a eleição, bem como o respeito aos direitos humanos e ao estado de direito, requisitos indispensáveis para alcançar bons resultados, governação e desenvolvimento sustentável na sociedade.

Aparentemente, a mídia tem a responsabilidade de garantir justiça no processo eleitoral, respeito aos direitos humanos e estado de direito. Haruna (2014) é da opinião de que a maioria das pessoas aprende sobre questões e eventos da mídia e esta tem imenso poder para definir a agenda da sociedade, porque ela é, sem dúvida, a fonte mais importantes de informação e conhecimento. A mídia é um ativo muito importante que uma sociedade deve ter, porque estimula o crescimento e melhora a economia de uma nação, além de ser uma plataforma para a troca de idéias e debates. A importância dos meios de comunicação para o processo eleitoral e para garantir o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito não pode ser ignorada, uma vez que contribui significativamente para os processos políticos a nível nacional e internacional. As três funções básicas da mídia a esse respeito incluem: vigilância do mundo para relatar eventos em andamento, interpretação do significado dos eventos e socialização dos indivíduos (Olayiwola, 1991).

Apesar da natureza tendenciosa e partidária da cobertura das atividades políticas, bem como das campanhas eleitorais da eleição de 2019 resultando em crises em algumas partes do país, a mídia teve um papel importante em assegurar que a Nigéria permaneça unida em meio a desafios de segurança. A incorporação de novas tecnologias no processo eleitoral, como o leitor de cartões biométricos e o uso de plataformas de transmissão e outras mídias sociais, durante e após as eleições, especialmente na comparação e divulgação de resultados e nos esforços da mídia para educar, como além de mobilizar o apoio público em todo o processo, apontam para o fato de que a mídia continua sendo responsável na promoção dos valores democráticos e no aumento da credibilidade do processo eleitoral da Nigéria. As recentes agitações de organizações da sociedade civil e grupos de pressão pela autonomia são, entre outras instâncias, em que as contribuições dos meios de comunicação, para fornecer plataformas para os interessados debaterem para esclarecer o público em geral, continuam a ser sacrossantas em uma tentativa de promover a boa governança.

Conclusões e recomendações

A partir das palavras de Siegel (2008), o papel da mídia aumentou com o tempo e ganharia mais importância nos tempos vindouros, uma vez que muitos no mundo ainda anseiam por uma melhor governança, ou, na melhor das hipóteses, pela própria governança e não pelo governo autocrático. Embora a mídia destaque algumas das preocupações de tempos em tempos, ela não se aprofunda nos problemas reais. As verificações e equilíbrios que a mídia garante, ao relatar as questões de maneira objetiva, podem ajudar muito a garantir que a governança do governo seja justa e frutífera.

Como tal, a mídia nigeriana pode desempenhar um papel mais efetivo na busca pela boa governança e prestação de contas do governo se os padrões profissionais forem seguidos. Em particular, a mídia precisa mostrar mais comprometimento com a ética universal da profissão, com forte apego à sacralidade dos fatos. Uma vez que os fatos tenham sido submetidos a desrespeito, o caminho está aberto para todos os tipos de má conduta profissional, variando desde “jornalismo de protocolo” para subornar, a ser perpetrado. No processo, considerações importantes são comprometidas, incluindo a boa governança e a prestação de contas no governo. Esses são os problemas éticos contemporâneos da mídia nigeriana.

Aparentemente, a democratização na Nigéria contemporânea parece inatingível se as partes interessadas da Nigéria em comunidades urbanas e rurais não estiverem total e ativamente engajadas nas necessidades de desenvolvimento e planejamento. Os cidadãos da Nigéria, em particular, devem ser levados a apreciar a importância de participar do processo político e desafiar decisões e ações impopulares do governo. A imprensa nacional e outras fontes de notícias devem desempenhar a função crucial de defender a compreensão dos cidadãos sobre as atividades do governo, políticas públicas e planos de desenvolvimento. O documento concluiu que os meios de comunicação são os principais pilares da democracia e que os cidadãos continuam sendo os atores mais importantes no processo democrático. Consequentemente, este documento recomenda o seguinte:

- a) Alcançar a boa governança exige a compreensão e a participação de todos os membros da sociedade. Assim, a mídia deve servir como uma ponte entre o governo e a sociedade civil, a fim de defender os processos democráticos. Isto é assim porque os meios de comunicação são uma instituição independente e a arma a mais poderosa para fazer a isto uma realidade.

- b) A adesão à ética profissional e aos princípios da responsabilidade social pelos meios de comunicação podem ajudar a fomentar a boa governação e a responsabilização num sistema democrático.
- c) Futuros pesquisadores da área devem adotar outros métodos além de dados secundários para ampliar a literatura na área.

REFERÊNCIAS

- Abagen, F.T. (2009). The mass media and the evolution of a viable social and political order. *Nigerian Journal of Communication Research*, 1(1): 39-55.
- Abone, G.O & Kur, J.T. (2014). Perceptual influence of freedom of information act on journalism practice in Nigeria. *Arabian Journal of Business and Management Review (OMAN Chapter)*, 3(7): 23-35.
- Agbaje, A. B. (1992). *The Nigerian Press, Hegemony and the Social Construction of Legitimacy*. New York: The Edwin Mellen Press.
- Akinwale, A.A. (2010). Repression of press freedom in Nigeria democratic dispensation. *African Development*, XXXV (3): 47-70.
- Asemah, E.S. (2011). *Mass media in the contemporary society*. Jos: University, Press.
- Ate, A.A. (2007). *Media coverage of April 2007 elections: a post mortem*. Unpublished work.
- Auwal, A.M. (2018). *Mass media, democracy and the imperatives of good governance in Nigeria: An Appraisal*. Canada University Press, Concord Ontario, Canada.
- Bamidele, G. (2012). *Mass media and national security in Nigeria*. The Press, 15. Abuja: Nigerian Press Council (NPC).
- Baran, S.J. (2004). *Introduction to mass communication: media literacy and culture* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Bennett, W. L. & Lawrence, R. G. (2008). 'Press freedom and democratic accountability in a time of war, commercialism, and the Internet'. In *The Politics of News. The News of Politics*, eds. Doris A. Graber, Denis McQuail and Pippa Norris. Washington: CQ Press.
- Dunu, I. (2013). Good governance in Nigeria: what role for the media. *European Scientific Journal*, 9(32): 178-197.

- Ferejohn, J. (1999). Accountability and authority: towards a model of political accountability', in A. Przeworski, B. Manin and S. C. Stokes (eds.), *Democracy, accountability, and representation*. London: Cambridge University Press.
- Folarin, B. (2002). *Theories of mass communication: an introduction*. Abeokuta: Link Publications.
- Harcup, T. (2009). *Journalism: principles and practice* (2nd ed.). London: Sage Publications Ltd.
- Haruna, M. (2014). How to meet the public expectations of the media for free, fair and credible election 2015. *The press*, 22, Abuja: Nigerian Press Council (NPC).
- Idemudia, R.U.P. (2008). Mass media in national development and integration: an appraisal of democratic, social and political impact in Nigeria, 1999-2007. In F.I.A. Omu & G.E Oboh (eds.), *Mass media in Nigerian democracy* (pp 132-151). Ibadan: Stirling-Horden Publishers Ltd.
- James, B. (2005). *The media and good governance*. Paris: UNESCO.
- Jega, M.A. (2014). 2015 elections: INEC and the media. *The Press*, Issue Number Twenty-Two. Abuja: Nigerian Press Council (NPC).
- Jibo, M. (2000). *The media and Nigerian politics*. Unpublished M.Sc. Thesis, University of Birmingham.
- McQuail, D. (2010). *McQuail's mass communication theory* (6th ed.). London: Sage Publications Ltd.
- Nwagbara, U. (2010). The Nigerian press, public sphere and sustainable development: engaging the amnesty deal in the Niger delta. *Journal of Sustainable Development in Africa*, 12(3): 14-27.
- Nwanna, O. (2001). The unfinished question for the President. *The Post Express* (Lagos), 3 August.
- Olusola, I.O. (2008). Mass media and democratic governance in Africa. in F.I.A. Omu & G.E. Oboh (eds.) *Mass media in Nigerian democracy* (pp. 111-122). Makurdi: Aboki Publishers.
- Olayiwola, R.O. (1991). Political communications: press and politics in Nigeria's second republic. *Africa Media Review*, 5(2), 31-45.
- Omu, F. A. (1978). *Press and politics in Nigeria 1880-1937*. London: Longman.
- Oso, L., Soola, O. & Pate, U. (2012). *Media, governance and development in Nigeria: Issues and trends*. USA: LAP LABERT Academic Publishing

- Philip, A.A., Ogwu, H.P. (2014). Godfatherism, party politics and democracy in Nigeria: issues and challenges. *Journal of Good Governance and Sustainable Development in Africa*. (JGGSDA), 2(2).
- Rantanen, T. (2004). *The media and globalization*. London: Sage.
- Riddell, P. (2014). Impact of transparency and accountability', in Bowels, N., Hamilton, J. T. & Levy, D. A. L. (eds), *Transparency in politics and media: Accountability and open government*. London: I. B. Tauris & Co Ltd.
- Sambe, S.A. (2008). *Essentials of news writing, reporting and editing*. Makurdi: Philsat Communication.
- Santas, T & Dogara, O.J. (2016). An appraisal of mass media role in consolidating democracy in Nigeria. *African Research Review*, 10(1), 73-86.
- Senam, N. & Udo, I. P. (2015). Critical journalism and democratic governance in Nigeria. *Research on Humanities and Social Science*, 5(10): 44-49
- Siegel, P. (2008). *Communication law in America*. New York: Rowman Littlefield.
- Sowunmi, F.A. (2010). The role of media in curbing corruption in Nigeria. *Research Journal of Information Technology*, 2(1): 7-23.
- Terlumun, T. E. & Tivlumun, N.G (2010). *Introduction to mass media: A handbook*. Makudi: Aboki Publishers.
- The World Bank Reports (2009 and 2012). Available online at <http://web.worldbank.org>.
- Uche, L. U. (1989). *Mass Media, People and Politics*. New Delhi: Concept Publishing Company.
- Voltmer, K. (2000). Constructing political reality in Russia. *Izvestiya-between old and new journalistic practices*. *European Journal of Communication* 14(4): 469-500.

Resumo

Os meios de comunicação social têm, ao longo dos anos, sido significativamente ativos nos processos políticos e de democratização do país, especialmente nas Eleições Gerais de 2019. Aparentemente, a mídia de massa é o pilar sobre o qual a democracia existe, prospera e sobrevive. Por conseguinte, o significado dos meios de comunicação num ambiente democrático não pode ser subestimado. No contexto do exposto, este artigo examina a boa governança, a responsabilização do governo e o papel dos meios de comunicação na Eleição Geral 2019, na Nigéria. O documento também estabelece que o potencial da mídia para contribuir para a boa governança e

a responsabilização depende da medida em que os meios de comunicação refletem e impõem os princípios da boa governança e respondem como uma instituição. O artigo avalia o papel dos meios de comunicação na obtenção da transparência e do governo responsável nas Eleições Gerais 2019 no que diz respeito à cobertura, destacando algumas questões relevantes que servem como obstáculos no artigo. Este trabalho também interroga o nexo entre a mídia, a democracia e a governança, concluindo que os meios de comunicação contribuem significativamente para o desenvolvimento sociopolítico na sociedade e dificilmente é possível que qualquer sociedade atinja o seus anseios e aspirações sem a mídia. O artigo estabelece que a transparência e a responsabilização na governança só podem ser alcançadas através do poder influente dos meios de comunicação.

Palavras-chave

Responsabilização; Corrupção; Boa Governança; Mídia; Democracia Sustentável.

Recebido em 1º de janeiro de 2019

Aprovado em 14 de maio de 2019

Traduzido por Camila Ayala e Gabriela Ribeiro